

CREDIPRODESP
CNPJ: 67.915.868/0001-92
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		26.328.176,74	23.986.033,93
DISPONIBILIDADES	4	1.533,57	5.016,07
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		26.506.461,85	24.111.405,07
Títulos e Valores Mobiliários	4	18.193.313,88	17.928.049,09
Relações Interfinanceiras	4	5.663,94	2.000,01
Centralização Financeira		5.663,94	2.000,01
Operações de Crédito	6	8.259.246,33	6.117.792,06
Outros Ativos Financeiros	7	48.237,70	63.563,91
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(212.964,69)	(163.211,63)
(-) Operações de Crédito	6.e	(194.029,97)	(140.848,16)
(-) Outras	7.1	(18.934,72)	(22.363,47)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	16.963,43	10.958,59
OUTROS ATIVOS	9	6.581,84	5.473,29
IMOBILIZADO DE USO	10	78.682,92	78.682,92
INTANGÍVEL	11	36.455,65	36.455,65
(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	10/11	(105.537,83)	(98.746,03)
TOTAL DO ATIVO		26.328.176,74	23.986.033,93
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.328.176,74	23.986.033,93
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	12	3.071,35	2.701,74
Outros Passivos Financeiros		3.071,35	2.701,74
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	13	327.286,11	273.266,06
OUTROS PASSIVOS	14	1.187.572,33	986.034,54
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	24.810.246,95	22.724.031,59
CAPITAL SOCIAL		23.603.316,15	21.552.037,66
RESERVAS DE SOBRAS		919.248,93	919.288,69
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		255.681,87	252.705,24
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.328.176,74	23.986.033,93

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CREDIPRODESP
CNPJ: 67.915.868/0001-92
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.809.374,59	3.526.399,38	3.080.700,53
Operações de Crédito	16	918.362,20	1.689.174,88	1.329.511,64
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	17	891.012,39	1.837.224,50	1.751.188,89
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18	(79.607,40)	(49.907,57)	100.154,64
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(79.607,40)	(49.907,57)	100.154,64
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.729.767,19	3.476.491,81	3.180.855,17
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(230.758,01)	(895.601,52)	(886.248,61)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	19	55.724,29	112.144,01	100.508,69
Dispêndios e Despesas de Pessoal	20	(460.592,74)	(932.190,36)	(839.800,03)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	21	(252.962,69)	(506.175,12)	(498.552,88)
Dispêndios e Despesas Tributárias	22	(5.517,53)	(11.333,69)	(8.241,55)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	23	461.791,49	489.259,58	368.887,32
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	24	(29.200,83)	(47.305,94)	(9.050,16)
RESULTADO OPERACIONAL		1.499.009,18	2.580.890,29	2.294.606,56
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		1.499.009,18	2.580.890,29	2.294.606,56
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		(26.022,41)	(26.022,41)	(28.852,02)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		1.472.986,77	2.554.867,88	2.265.754,54

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CREDIPRODESP
CNPJ: 67.915.868/0001-92
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		1.472.986,77	2.554.867,88	2.265.754,54
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		1.472.986,77	2.554.867,88	2.265.754,54

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES DA COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CREDIPRODESP
CNPJ: 67.915.868/0001-92
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

Notas	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021	21.505.900,07	887.700,53	103.780,86	22.497.381,46
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:				
Distribuição de sobras para associados	100.751,06	0,00	(103.780,86)	(3.029,80)
Movimentação de Capital:				
Por Subscrição/Realização	6.289.317,63	0,00	0,00	6.289.317,63
Por Devolução (-)	(8.009.271,83)	0,00	0,00	(8.009.271,83)
Estorno de Capital	(662,51)	0,00	0,00	(662,51)
Reversão/Realização de Fundos	0,00	0,00	4.355,42	4.355,42
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	2.265.754,54	2.265.754,54
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:				
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	(1.954.228,40)	(1.954.228,40)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.666.003,24	0,00	0,00	1.666.003,24
Destinações das Sobras do Período:				
Fundo de Reserva	0,00	31.588,16	(31.588,16)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	(31.588,16)	(31.588,16)
Saldos em 31/12/2022	21.552.037,66	919.288,69	252.705,24	22.724.031,59
Saldos em 31/12/2022	21.552.037,66	919.288,69	252.705,24	22.724.031,59
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:				
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	0,00	0,00	(75.811,57)	(75.811,57)
Distribuição de sobras para associados	175.375,32	0,00	(176.893,67)	(1.518,35)
Movimentação de Capital:				
Por Subscrição/Realização	6.812.112,13	0,00	0,00	6.812.112,13
Por Devolução (-)	(6.829.657,06)	0,00	0,00	(6.829.657,06)
Estorno de Capital	(701,79)	0,00	0,00	(701,79)
Reversão/Realização de Fundos	0,00	0,00	25.657,14	25.657,14
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	2.554.867,88	2.554.867,88
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:				
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	(2.260.922,67)	(2.260.922,67)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.894.149,89	0,00	0,00	1.894.149,89
Destinações das Sobras do Período:				
Fundo de Reserva	0,00	31.960,24	(31.960,24)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	(31.960,24)	(31.960,24)
Saldos em 31/12/2023	23.603.316,15	951.248,93	255.681,87	24.810.246,95
Saldos em 30/06/2023	21.310.984,43	919.288,69	1.081.881,11	23.312.154,23
Movimentação de Capital:				
Por Subscrição/Realização	3.505.232,99	0,00	0,00	3.505.232,99
Por Devolução (-)	(3.107.051,16)	0,00	0,00	(3.107.051,16)
Reversão/Realização de Fundos	0,00	0,00	25.657,14	25.657,14
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	1.472.986,77	1.472.986,77
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:				

Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	(2.260.922,67)	(2.260.922,67)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.894.149,89	0,00	0,00	1.894.149,89
Destinações das Sobras do Período:				
Fundo de Reserva	0,00	31.960,24	(31.960,24)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	(31.960,24)	(31.960,24)
Saldos em 31/12/2023	23.603.316,15	951.248,93	255.681,87	24.810.246,95

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CREDIPRODESP
CNPJ: 67.915.868/0001-92
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		1.499.009,18	2.580.890,29	2.294.606,56
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		(460.200,06)	(460.200,06)	(351.644,06)
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo		-	(19.292,50)	(14.096,42)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		79.607,40	49.907,57	(100.154,64)
Depreciações e Amortizações		3.392,88	6.791,80	6.822,01
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		1.121.809,40	2.158.097,10	1.835.533,45
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Operações de Crédito		(1.852.886,48)	(2.141.608,78)	167.624,93
Outros Ativos Financeiros		4.108,79	15.326,21	(21.184,59)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(3.180,74)	(6.004,84)	(2.258,92)
Outros Ativos		10.083,74	(1.108,55)	(229,72)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Outros Passivos Financeiros		(12.272,99)	369,61	(5.335,31)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		306.433,62	54.020,05	203.388,63
Outros Passivos		(2.149.493,41)	(2.085.407,29)	(1.729.593,44)
FATES - Atos Cooperativos		(31.960,24)	(31.960,24)	(31.588,16)
Outras Destinações		-	(75.811,57)	-
Reversão/Realização de Fundos		25.657,14	25.657,14	4.355,42
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(2.581.701,17)	(2.088.431,16)	420.712,29
Atividades de Investimentos				
	5.a			
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo		-	1.952,07	953,51
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo		-	17.340,43	13.142,91
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		460.200,06	460.200,06	351.644,06
Aquisição de Investimentos		(480.967,42)	(857.085,50)	(656.910,27)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(20.767,36)	(377.592,94)	(291.169,79)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		3.505.232,99	6.812.112,13	6.289.317,63
Devolução de Capital aos Cooperados		(3.107.051,16)	(6.829.657,06)	(8.009.271,83)
Estorno de Capital		-	(701,79)	(662,51)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(1.518,35)	(3.029,80)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.894.149,89	1.894.149,89	1.666.003,24
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		2.292.331,72	1.874.384,82	(57.643,27)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(310.136,81)	(591.639,28)	71.899,23
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		18.029.680,78	17.935.065,17	14.590.328,96
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	18.200.511,39	18.200.511,39	17.935.065,17
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		170.830,61	265.446,22	3.344.736,21

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES DA COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREDIPRODESP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES DA COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, doravante denominada CREDIPRODESP, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 11/05/1992, filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

A CREDIPRODESP, sediada à RUA AGUEDA GONÇALVES, Nº 240, JARDIM PEDRO GONÇALVES, TABOÃO DA SERRA - SP, sem Postos de Atendimento (PAs) adicionais, tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados; (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.924/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em **28/03/2024**.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores, a serem vigoradas futuramente:

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025 contemplam a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF com nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, limitando os níveis de agregação do elenco de contas, definidos pelo órgão no normativos: (i) Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022; (ii) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022; (iii) Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023; e (iv) Instrução Normativa BCB nº 426 de 1/12/2023. Os demais impactos foram observados no Plano de Implementação das entidades integrantes do Sicoob impactadas pela norma e cotou com a contratação de consultoria especializada pelo Sicoob para avaliação de impactos sistêmicos e elaboração de planos de ações no exercício de 2022; definição de arquitetura sistêmica e de estratégia de transição, além do início de desenvolvimentos de sistemas e metodologias ao longo do exercício de 2023 e prevê a finalização do desenvolvimento, realização de testes e homologações em 2024 para adoção em 1º de janeiro de 2025, conforme prevê a Norma.. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023, altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Títulos e Valores Mobiliários

São representados pelas Participações de Cooperativas registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado.

e) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica, conforme as resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

h) Investimentos

Representam investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

i) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

k) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

l) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

m) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não Associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

n) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

o) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

p) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

q) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por eventos que originam ajustes e eventos que não originam ajustes.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	1.533,57	5.016,07
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	5.663,94	2.000,01
Títulos e Valores Mobiliários (Nota Explicativa 5)	18.193.313,88	17.928.049,09
TOTAL	18.200.511,39	17.935.065,17

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECRESP como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	4.119.981,38	3.266.880,37
Participação em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa de Crédito	9.941,10	5.956,61
Títulos de Renda Fixa (b)	3.394.741,50	5.291.954,59
Cotas de Fundos de Investimento	10.668.649,90	9.363.257,52
TOTAL	18.193.313,88	17.928.049,09

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

(b) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, às aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no SICOOB CENTRAL CECRESP, contendo inclusive os rendimentos registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, conforme nota explicativa 18.

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	2.505.507,92	5.297.799,71	7.803.307,63	2.230.700,09	3.539.919,49	5.770.619,58
Financiamentos	145.647,95	310.290,75	455.938,70	128.391,17	218.781,31	347.172,48
Total de Operações de Crédito	2.651.155,87	5.608.090,46	8.259.246,33	2.359.091,26	3.758.700,80	6.117.792,06
(-) Provisões para Operações de Crédito	(64.009,20)	(130.020,77)	(194.029,97)	(44.387,46)	(96.460,70)	(140.848,16)
TOTAL	2.587.146,67	5.478.069,69	8.065.216,36	2.314.703,80	3.662.240,10	5.976.943,90

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA	-	Normal	189.360,97	-	189.360,97	-	-	-
A	0,5%	Normal	4.899.293,32	130.191,38	5.029.484,70	(25.147,42)	4.085.007,53	(20.425,04)
B	1%	Normal	1.179.568,19	77.741,64	1.257.309,83	(12.573,10)	634.835,42	(6.348,35)
	1%	Vencidas	93.025,26	-	93.025,26	(930,25)	69.190,27	(691,90)
C	3%	Normal	1.057.849,18	56.048,70	1.113.897,88	(33.416,94)	888.182,56	(26.645,48)
	3%	Vencidas	47.943,87	-	47.943,87	(1.438,32)	102.928,03	(3.087,84)
D	10%	Normal	175.219,68	177.829,04	353.048,72	(35.304,87)	127.837,97	(12.783,80)
	10%	Vencidas	56.050,98	-	56.050,98	(5.605,10)	118.356,27	(11.835,63)
E	30%	Normal	20.954,90	-	20.954,90	(6.286,47)	-	-
	30%	Vencidas	21.360,25	14.127,94	35.488,19	(10.646,46)	7.317,85	(2.195,36)
F	50%	Normal	-	-	-	-	10.457,96	(5.228,98)
	50%	Vencidas	-	-	-	-	23.732,32	(11.866,16)
G	70%	Vencidas	-	-	-	-	34.020,49	(23.814,34)
H	100%	Normal	-	-	-	-	15.770,88	(15.770,88)
	100%	Vencidas	62.681,03	-	62.681,03	(62.681,03)	154,51	(154,51)
Total Normal			7.522.246,24	441.810,76	7.964.057,00	(112.728,80)	5.762.092,32	(87.202,53)
Total Vencidos			281.061,39	14.127,94	295.189,33	(81.301,16)	355.699,74	(53.645,74)
Total Geral			7.803.307,63	455.938,70	8.259.246,33	(194.029,96)	6.117.792,06	(140.848,27)
Provisões			(168.898,84)	(25.131,13)	(194.029,97)		(140.848,16)	
Total Líquido			7.634.408,79	430.807,57	8.065.216,36		5.976.943,90	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Títulos Descontados	572.503,01	1.933.004,91	5.297.799,71	7.803.307,63	5.770.619,58
Financiamentos	37.051,27	108.596,68	310.290,75	455.938,70	347.172,48
TOTAL (i)	609.554,28	2.041.601,59	5.608.090,46	8.259.246,33	6.117.792,06

(i) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica é composta em sua totalidade por empréstimos e financiamentos à Pessoa Física.

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(140.848,16)	(319.563,04)
Constituições/ Reversões no período	(53.336,32)	117.656,86
Transferência para prejuízo no período	154,51	61.058,02
Saldo Final	(194.029,97)	(140.848,16)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	148.362,91	1,80%	196.143,89	3,09%
10 Maiores Devedores	1.202.711,65	14,56%	990.637,22	15,61%
50 Maiores Devedores	3.688.999,96	44,67%	2.957.239,68	46,61%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	582.930,49	541.080,40
Valor das operações recuperadas no período	(55.559,66)	(11.790,17)
Valor das operações transferidas no período	496,74	53.640,26
Saldo Final	527.867,57	582.930,49

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas domiciliadas no país, estão compostos por Títulos e Créditos a Receber no montante de R\$ 48.237,70 e R\$ 63.563,91, respectivamente.

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(185,98)	(18.748,74)	(18.934,72)	(5,76)	(22.357,71)	(22.363,47)
TOTAL	(185,98)	(18.748,74)	(18.934,72)	(5,76)	(22.357,71)	(22.363,47)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
A 0,5% Normal	-	-	-	-	1.151,76	(5,76)
E 30% Normal	-	25.920,67	25.920,67	(7.776,20)	30.418,61	(9.125,58)
F 50% Normal	-	-	-	-	26.408,40	(13.204,20)
	50% Vencidas	22.317,03	-	22.317,03	(11.158,52)	-
Total Normal	-	25.920,67	25.920,67	(7.776,20)	57.978,77	(22.335,54)
Total Vencidos	22.317,03	-	22.317,03	(11.158,52)	-	-
Total Geral	22.317,03	25.920,67	48.237,70	(18.934,72)	57.978,77	(22.335,54)
Provisões	(11.158,52)	(7.776,20)	(18.934,72)		(22.335,54)	
Total Líquido	11.158,51	18.144,47	29.302,98		35.643,23	

8. Ativos Fiscais Correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos fiscais correntes estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	8.719,54	4.396,86
Imposto de Renda a Recuperar	8.243,89	6.561,73
TOTAL	16.963,43	10.958,59

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais (a)	895,48	-
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta (b)	2.924,30	3.603,76
Devedores Diversos – País (c)	2.762,06	1.869,53
TOTAL	6.581,84	5.473,29

(a) Em adiantamento e Antecipações Salariais está registrado o saldo de Adiantamento de Férias;

(b) Em Adiantamento para Pagamento de Nossa Conta está registrado o saldo de Adiantamento de Seguro de Responsabilidade Civil D&O;

(c) Em Devedores Diversos estão registrados os valores de Pendências a Regularizar no total de R\$ 1.655,58 (R\$ 677,03 em 2022) e Valores a Receber no montante de R\$ 1.106,48 (R\$ 1.192,50 em 2022).

10. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Móveis e equipamentos de Uso	10%	19.512,64	19.512,64
Sistema de Processamento de Dados	20%	56.672,28	56.672,28
Sistema de Segurança	10%	2.498,00	2.498,00
Total de Imobilizado de Uso		78.682,92	78.682,92
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso		(69.082,18)	(62.290,38)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(69.082,18)	(62.290,38)
TOTAL		9.600,74	16.392,54

11. Intangível

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2023	31/12/2022
Sistemas De Processamento De Dados	20%	36.455,65	36.455,65
Intangível		36.455,65	36.455,65
(-) Amortização Acumulada De Ativos Intangíveis		(36.455,65)	(36.455,65)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(36.455,65)	(36.455,65)

12. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão compostos por valores de Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados que registram o montante de R\$ 3.071,35 (R\$ 2.701,74 em 2022) em Operações de Crédito – IOF.

13. Obrigações Fiscais Correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de Obrigações Fiscais Correntes estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	133,97	246,75
Impostos e Contribuições sobre Salários	24.848,26	32.088,65
ISSQN a recolher	184,46	-
PIS faturamento a recolher	59,95	53,40
COFINS a recolher	368,93	328,65
IRRF sobre juros ao capital	301.690,54	240.548,61
TOTAL	327.286,11	273.266,06

14. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de outros passivos contemplam:

a) Saldos de passivos sociais e estatutários com respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Provisão para Participações nos Resultados (i)	29.053,14	28.852,02
Cotas de Capital a Pagar (ii)	602.686,82	534.838,36
Fundos Voluntários (iii)	68.016,57	-
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (iv)	344.230,63	337.927,53
TOTAL	1.043.987,16	901.617,91

(i) Consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva, a Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras;

(ii) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvido para os associados que foram desligados por falecimento ou de forma voluntária do quadro social;

(iii) Refere-se a Fundo de Tecnologia constituído no exercício de 2022 em Assembleia Geral Ordinária para os projetos: renovação do Site Crediprodesp, sistema de autoatendimento do cooperado e serviços de assinatura digital;

(iv) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de Fates para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

b) Saldos de provisão para pagamentos a efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Despesas de Pessoal	38.607,42	55.099,74
Rateio Central	15.452,71	14.930,39
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	3.403,06	2.791,37
TOTAL	57.463,19	72.821,50

c) Saldos em Credores Diversos - País no montante de R\$ 86.121,98 e R\$ 11.595,13, nos exercícios de 2023 e 2022, respectivamente.

15. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	23.603.316,15	21.552.037,66
Quantidade de Cooperados	1.163	1.163

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Descrição	2023	2022
Saldo Inicial do Fundo de Reserva	919.288,69	887.700,53
Destinação Reserva legal sobre Sobras Líquidas - 10%	31.960,24	31.588,16
Saldo do Fundo de Reserva ao final do exercício	951.248,93	919.288,69

c) Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2023** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2022**, sendo 30% para Fundo Voluntário, no valor de R\$ 75.811,57; e 70% para Conta Capital, no valor de R\$ 176.893,67.

As sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 serão distribuídas e apropriadas conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024.

d) Destinações Estatutárias e Legais

As destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral estão detalhadas a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sobras/Perdas do exercício	293.945,21	311.526,14
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	25.657,14	4.355,42
Base de cálculo das destinações	319.602,35	315.881,56
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	(31.960,24)	(31.588,16)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	(31.960,24)	(31.588,16)
Sobras/Perdas à disposição da Assembleia Geral	255.681,87	252.705,24

Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 80% da taxa Selic para o exercício de 2023, no montante de R\$ 2.260.922,67 e 31 de dezembro de 2022, no percentual de 75% as selic, no montante de R\$ 3.908.456,80. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

16. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Empréstimos	843.224,74	1.517.855,22	1.205.584,10
Rendas de Financiamentos	43.728,83	80.205,29	77.079,89
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	31.408,63	91.114,37	46.847,65
TOTAL	918.362,20	1.689.174,88	1.329.511,64

17. Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa	221.385,53	531.832,12	1.387.931,37
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	669.626,86	1.305.392,38	363.257,52
TOTAL	891.012,39	1.837.224,50	1.751.188,89

18. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Contemplam os valores de Provisões e Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, conforme detalhamento a seguir:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	50.098,06	114.655,61	231.563,66
Reversões de Provisões para Outros Créditos	140,85	22.242,59	10.940,67
Provisões para Operações de Crédito	(111.032,47)	(167.991,93)	(113.906,80)
Provisões para Outros Créditos	(18.813,84)	(18.813,84)	(28.442,89)
TOTAL	(79.607,40)	(49.907,57)	100.154,64

19. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Comissão	55.724,29	112.143,77	100.508,69
Rendas de Outros Serviços	-	0,24	-
TOTAL	55.724,29	112.144,01	100.508,69

20. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(11.880,00)	(23.652,00)	(21.816,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(76.046,67)	(155.834,73)	(146.494,79)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(113.554,72)	(214.528,21)	(175.184,09)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(73.330,53)	(159.272,88)	(133.001,31)
Despesas de Pessoal - Proventos	(185.780,82)	(378.902,54)	(363.303,84)
TOTAL	(460.592,74)	(932.190,36)	(839.800,03)

21. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Comunicações	(9.887,24)	(20.159,09)	(20.623,00)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	-	(150,00)	-
Despesas de Material	(589,37)	(1.852,69)	(792,00)
Despesas de Processamento de Dados	(3.881,64)	(9.074,46)	(10.577,88)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(24.531,48)	(39.351,84)	(6.493,50)
Despesas de Seguros	(1.767,57)	(3.569,61)	(3.604,08)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(6.241,06)	(11.845,94)	(12.573,52)
Despesas de Serviços de Terceiros	(2.781,12)	(5.581,61)	(6.545,69)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(29.057,59)	(59.333,92)	(50.865,20)
Despesas de Transporte	-	(40,39)	(145,95)
Despesas de Depreciação/Amortização	(3.392,88)	(6.791,80)	(6.822,01)
Outras Despesas Administrativas (a)	(170.832,74)	(348.423,77)	(379.510,05)
TOTAL	(252.962,69)	(506.175,12)	(498.552,88)

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição sindical patronal	(1.800,00)	(3.600,00)	(1.800,00)
Emolumentos judiciais e cartorários	-	-	(293,95)
Taxas da junta comercial	(865,76)	(865,76)	-
Impostos e taxas	(251,29)	(251,29)	(1.041,80)
Sistema cooperativista	-	(20.528,32)	(40.308,48)
Mensalidades diversas	(23.300,10)	(46.600,20)	(43.755,40)
Rateio de despesas da Central	(96.213,04)	(178.172,95)	(174.542,38)
Ações judiciais	-	(1.816,69)	(2.914,23)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(48.402,55)	(96.588,56)	(113.450,08)
Outras despesas administrativas	-	-	(1.403,73)
TOTAL	(170.832,74)	(348.423,77)	(379.510,05)

22. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Impostos sobre Serviços - ISS	(928,06)	(2.335,70)	-
Despesas de Contribuição ao COFINS	(2.228,96)	(4.485,74)	(4.020,34)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(2.360,51)	(4.512,25)	(4.221,21)
TOTAL	(5.517,53)	(11.333,69)	(8.241,55)

23. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	1.591,43	1.860,91	1.285,69
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	-	-	1.861,15
Dividendos	-	1.952,07	953,51
Distribuição de sobras da central	-	17.340,43	13.142,91
Outras rendas operacionais	-	7.906,11	-
Juros ao Capital Recebidos da Central	460.200,06	460.200,06	351.644,06
TOTAL	461.791,49	489.259,58	368.887,32

24. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Outras Despesas Operacionais	(20.013,29)	(21.648,80)	(4.694,74)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(9.187,54)	(25.657,14)	(4.355,42)
TOTAL	(29.200,83)	(47.305,94)	(9.050,16)

25. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

26. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

26.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

a) Montante das operações ativas liberadas e de operações passivas captadas no exercício de 2023:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	281.028,77	3,7782%	11.879,11
TOTAL	281.028,77	3,7782%	11.879,11

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2023	
Empréstimos e Financiamentos	3,7782%

b) Montante total das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2023:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimos	229.204,49	2.172,20	2,9373%
Financiamentos	112.065,55	11.206,56	24,5791%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de empréstimos e financiamentos à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas (a.m.)	Prazo médio (a.m.)
Empréstimos	1,4971%	44,40
Financiamentos	1,2600%	60,13

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Financiamentos	173.870,00

e) Remuneração de pessoal chave da administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(76.046,67)	(155.834,73)	(146.494,79)

f) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2023	31/12/2022
189.035,03	125.856,42

26.2 Cooperativa Central

A CREDIPRODESP, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A CREDIPRODESP responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	5.663,94	2.000,01
Ativo - Participações de Cooperativas	4.119.981,38	3.266.880,37
Total das Operações Ativas	4.125.645,32	3.268.880,38

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rateio de Despesas da Central	(96.213,04)	(178.172,95)	(174.542,38)
Total das Despesas	(96.213,04)	(178.172,95)	(174.542,38)

27. Eventos Subsequentes

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	21.101.615,94	19.803.970,59
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	20.093.575,03	17.903.138,99
Índice de Basileia (mínimo 12%)	105,02%	110,62%
Índice de imobilização (limite 50%)	0,05%	0,08%
Razão de Alavancagem (3%)	93,12%	94,01%

29. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Assistência médica	(59.924,01)	(116.126,70)	(93.384,37)
Alimentação do trabalhador	(43.162,57)	(80.443,42)	(71.367,88)
Vale transporte	(1.973,71)	(3.571,76)	(198,44)
Seguros	(3.097,94)	(6.599,81)	(6.480,56)
Auxílio educação	(5.396,49)	(7.786,52)	(3.752,84)
TOTAL	(113.554,72)	(214.528,21)	(175.184,09)

30. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

30.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

30.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;

- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

30.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

30.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- (i)** limite mínimo de liquidez;
- (ii)** fluxo de caixa projetado;
- (iii)** aplicação de cenários de estresse;
- (iv)** definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

30.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

30.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

30.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

30.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

- a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;
- b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;
- c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;
- d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

**LEANDRO ROCHA CARVALHO
DIRETOR PRESIDENTE**

**ROBERTA CAPOTE COSTA
DIRETORA ADMINISTRATIVO**

**FERNANDO GUGLIELMELLI DA SILVA
CONTADOR 1SP251999/O-4**

Relatório da Administração relativo ao Exercício 2023

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES DA COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREDIPRODESP

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da cooperativa financeira CREDIPRODESP.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O CREDIPRODESP é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e aporte de capital. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 93,60% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CECRESP e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria Executiva. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 31 de dezembro de 2023, a CREDIPRODESP não registrou manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa.

7. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2023.

Resultados Financeiros do Período	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	12,76%	R\$ 2.554.867,88	R\$ 2.265.754,54

Número de cooperados	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Total	-	1.163	1.163

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Carteira Comercial	35,00%	R\$ 8.259.246,33	R\$ 6.117.792,06
Total	35,00%	R\$ 8.259.246,33	R\$ 6.117.792,06

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de R\$ 24,19% da carteira, no montante de R\$ 1.997.798,07.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência (PR)	6,55%	R\$ 21.101.615,94	R\$ 19.803.970,59

8. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

TABOÃO DA SERRA-SP, 31 de dezembro de 2023.